

## A CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO PROCESSO DE AUTONOMIA DOS USUÁRIOS<sup>1</sup>

SPRANDEL, Lucila Isabel Schwertner<sup>1</sup>

JARDIM, Vanda Maria da Rosa<sup>2</sup>

KANTORSKI, Luciane Prado<sup>3</sup>

**Introdução:** A reabilitação psicossocial tem o objetivo de aumentar as habilidades das pessoas portadoras de transtorno mental para que tenham a possibilidade de exercer sua cidadania nos vários âmbitos de sua vida. Criado para ser um serviço substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) devem favorecer o exercício da cidadania e a reinserção social através da promoção da autonomia dos usuários. A reabilitação psicossocial tem por objetivo a emancipação do doente mental, assim como a diminuição do estigma, o aumento das habilidades sociais e o apoio social constante, sendo essas ações parte da atenção em saúde mental<sup>1</sup>. “A autonomia do humano se funda na qualidade de sujeito que se auto-afirma ocupando o centro do seu mundo, mas que comporta um nós (família, espécie, sociedade), uma inscrição comunitária (família, pátria), hereditária, histórica e cultural”<sup>2</sup>. O acesso ao trabalho e aos direitos de cidadania provoca o aumento da autonomia<sup>1</sup>. Este estudo atenta ainda o direito de ir e vir, o auto-cuidado, o acesso ao trabalho, ao estudo, o “ser cidadão”, como

parte do conceito de autonomia. **Objetivo:** Descrever a contribuição do CAPS no processo de autonomia na perspectiva dos usuários. **Metodologia:** Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, de caráter descritivo. Para complementar a pesquisa foram utilizados dados oriundos do estudo piloto pertencente ao projeto CAPSUL. Para a realização deste estudo foram escolhidos de forma aleatória e conforme os critérios para seleção dos sujeitos, oito usuários que participaram do estudo piloto do projeto CAPSUL. Os dados do estudo piloto sofreram pré-codificação, dupla digitação e limpeza no software epi-info 6.04. Os dados qualitativos oriundos da entrevista semi-estruturada foram transcritos e após realizou-se sucessivas leituras a fim de identificar os temas centrais do discurso dos usuários acerca da autonomia. O estudo da autonomia dos usuários foi realizado em um CAPS que está classificado como CAPS II, segundo a portaria 336/GM do Ministério da Saúde, e presta atendimento a adultos com transtornos mentais severos e persistentes, egressos ou não de internações psiquiátricas ou de outros serviços de

---

<sup>1</sup>Enfermeira graduada pela Universidade Federal de Pelotas. lucilasprandel@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Doutora em Enfermagem. Universidade Federal de Pelotas. phein@uol.com.br

<sup>3</sup>Doutora em Enfermagem. Universidade Federal de Pelotas. kantorski@uol.com.br

saúde. Discussão: Nas entrevistas os usuários relataram que o CAPS contribuiu com a melhora da doença, como podemos observar na seguinte fala: *“Me ajudou assim, o modo das enfermeira, das psicólogas, das doutoras de tratar as pessoas né, com carinho, com amizade, sincera, tentando tirar os grilos digamos assim da cabeça da pessoa né se ta meio grilado com alguma coisa, que nós que somos doentes da cabeça somos muito desconfiados né, se a pessoa fica te olhando muito se fica meio desconfiado”* (usuário 1). No CAPS, o indivíduo tem a oportunidade de passar o dia e contar com o apoio de uma equipe multidisciplinar, assim, através de conversas e consultas com os profissionais, os usuários conseguem resolver muitos dos seus problemas ou pelo menos, minimizá-los<sup>3</sup>. O acompanhamento diário ao portador de sofrimento psíquico possibilita então, a percepção por parte dos profissionais, de possíveis alterações que ocorram em sua vida ou em seu comportamento fazendo com que uma possível crise possa ser evitada, diminuindo também a necessidade de uma internação. Ao analisar as representações que os usuários do CAPS têm sobre o tratamento psiquiátrico Mostazo e Kirschbaum<sup>4</sup> verificaram que o cuidado no tratamento psiquiátrico é percebido pelos usuários como a “obtenção da medicação e também como suporte nas atividades da vida prática”. Assim, percebe-se que o uso dos medicamentos no tratamento psiquiátrico possui uma representação socialmente compartilhada, o que permite a adesão da medi-

cação como condição básica de tratamento psiquiátrico. No presente estudo também fica evidente a crença dos usuários no tratamento medicamentoso para alcançar a melhora da doença: *“O CAPS me ajudou , a Doutora que acertou os meus remédios (...)”* (usuário 5). *“Ele conseguiu muito me ajudar é o negócio dos remédios (...) eu aceito tomar medicação pra não parar no sanatório(...)”* (usuário 7). A reforma psiquiátrica visa transformar as relações da sociedade com a loucura, havendo um processo de mudança na educação e na concepção necessária para aceitarmos que, diante daquilo que é oferecido pelas práticas de saúde, o sujeitos possam ter autonomia para aceitar ou não as possibilidades que lhe são apresentadas<sup>5</sup>. A Lei nº. 10.216, de 6 de abril de 2001, em seu primeiro artigo assegura aos portadores de sofrimento psíquico os direitos e a proteção contra qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno<sup>6</sup>. Talvez muitos usuários não conheçam essa lei, mas durante as entrevistas relataram que a partir de sua participação no CAPS perceberam mudanças na forma de serem tratados pela sua comunidade: *“Mas eu fico muito feliz porque as pessoas sabem que eu sou doente e não me chamam de louco né!”* (usuário 1). A contribuição do CAPS no processo de cidadania dos usuários fica evidente com a seguinte fala: *“Pra minha vida... ser tratada como gente. Ser*

*tratada como gente, e é como eu te falei, é a mesma coisa que a casa da gente, nas horas ruins eles dão apoio. (...) e aí fui conquistando isso aí, (...) eu conquistei a amizade de muita gente, eles sempre me tratam como gente.” (Usuário 3).* A Reforma Psiquiátrica redefini práticas terapêuticas e administrativas no tratamento de pessoas portadoras de transtornos psíquicos e admite um novo lugar social para o sofrimento mental<sup>7</sup>. Os serviços substitutivos são importantes pelo fato de resgatarem a cidadania de pessoas portadoras de transtornos mentais, além de torná-los agentes ativos no processo terapêutico<sup>8</sup>. Outra questão que emergiu através das entrevistas, foi que, apesar dos usuários demonstrarem autonomia para realizarem as atividades domésticas e para escolhas de atividades de lazer, o vínculo dos usuários com o serviço - aqui inclui-se profissionais, outros usuários e recursos terapêuticos - é muito forte e faz com que se questione a fragilidade da autonomia desses indivíduos. Ao definir atividades, como estratégias terapêuticas nos CAPS, é importante que se repensem os conceitos, as práticas e as relações que podem promover saúde entre as pessoas: técnicos, usuários, familiares e comunidade<sup>6</sup>. *“No caso antes, bem antes de eu vir pra cá eu era meio isolado assim do mundo sabe, aí depois que eu comecei a vir pra cá, a participar das atividades, e ter mais amigos aqui, aí eu comecei a me soltar um pouquinho mais e a melhorar mais (usuário 6)”*. Observa-se na fala do usuário que seu convívio social é restrito às amizades

que se formam dentro do CAPS. Embora a formação de grupos de afinidade não seja um fato negativo, questiona-se como se tem dado a questão da inserção social dos usuários, se não tem ocorrido apenas entre as paredes do serviço. “Conceitos como cidadania, autonomia e socialização se apresentam ainda de modo bastante conflituoso diariamente, no cotidiano das equipes de saúde mental, nas suas relações com os usuários”<sup>7</sup>. **Considerações Finais:** Observou-se que o serviço onde foi desenvolvida a pesquisa desenvolve seu papel no processo de constituição da autonomia dos usuários principalmente através de três eixos: do tratamento medicamentoso, do processo de aceitação/melhora da doença psíquica, embora eles não saibam seu diagnóstico e, no reconhecimento das habilidades por parte do usuário. Porém, pontua-se que o CAPS mostra ainda algumas limitações como a interferência dos profissionais nos aspectos pessoais do usuário com relação aos gostos e preferências, que devem ser respeitados como sendo parte de um ser com suas particularidades e que tem direito de fazer suas escolhas. O vínculo evidenciado entre os profissionais e usuários do CAPS mostra uma relação terapêutica horizontal, conforme o previsto pelo modelo psicossocial de atenção a saúde mental. É importante observar que o vínculo com o serviço não se torne uma dependência por parte dos usuários, visto que o CAPS passa a ser a principal atividade desenvolvida por eles sendo que, sem o serviço, o usuário tem dificuldades no enfrentamento do seu

cotidiano. O conhecimento do processo de constituição da autonomia dos usuários do CAPS tem um papel fundamental para a avaliação do tipo de atividades que vem sendo desenvolvidas pelo serviço, na medida em que se pode verificar se os objetivos da reabilitação psicossocial vêm sendo alcançados, além de servir como subsídios na formulação de políticas de saúde mental. O presente estudo aponta para duas fragilidades evidenciadas nos dados apresentados, a primeira é a necessidade de ações e movimentos intersetoriais como parte do cotidiano dos usuários dentro do serviço com o objetivo de promover atividades “socializantes” com o território/comunidade que fazem parte. A segunda relaciona-se à inclusão pelo trabalho através da construção de possibilidades concretas de preparo das habilidades para o trabalho e de geração de renda.

**Palavras-chave:** Autonomia; Reabilitação Psicossocial; Centro de Atenção Psicossocial.

### Referências

1 Leão A. As práticas de inclusão social: o desafio para os serviços de saúde mental. (dissertação) São Paulo:Universidade de São Paulo; 2006.

2 Pires MRGM. Politicidade do cuidado e avaliação em saúde: instrumentalizando o resgate da autonomia de sujeitos no âmbito de programas e políticas de saúde. Rev. bras. saúde matern. infant. Recife, v.5, Supl 1,S71-S81, 2005.

3 Ribas DL, Borenstein MS, Padilha MIC de S. Iluminando as vivências de indivíduos

em sofrimento psíquico de um CAPS em Florianópolis. Texto & contexto enferm. Florianópolis, v.16,n.1,p.40-46,Jan/Mar 2007.

4 Mostazo RR, Kirschbaum DIR. Usuários de um centro de atenção psicossocial: um estudo de suas representações sociais acerca de tratamento psiquiátrico, Rev. latino-am. enferm. v.11,n.6,p.786-791,nov/dez 2003.

5 Reinaldo A. O princípio da autonomia e os aspectos éticos do cuidado na assistência em saúde mental. Mundo saúde. São Paulo,v.28,n.3,p.284-291,jul/set2004

6 Brasil. Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília: Ministério da Saúde, 2004,86 p.

7 Oliveira AGB de, Alessi NP. Cidadania: instrumento e finalidade do processo de trabalho na reforma psiquiátrica. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v.10, n.1,2005.

8 Nasi C, Hildebrandt LM. O tratamento no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas na ótica de seus usuários. Scientia Medica. Porto Alegre: PUCRS,v.14,n.3,jul./set.2004.